



www.vwfs.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- Continuamos sendo o maior banco de montadora no Brasil, 23º colocado entre as instituições financeiras privadas e 30ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de total de ativos, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 66,9% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 60,9% no segmento de caminhões e ônibus e 65,8% no segmento de automóveis.
- Sólida presença no mercado de capitais mesmo em um mercado volátil como o atual, emitimos a nona oferta pública de Letras Financeiras no valor de R\$ 750 milhões. A emissão foi a segunda em duas séries, de 2 e 3 anos, e ela atingiu uma demanda de 2,83 vezes maior que a oferta.
- Quinta oferta pública de FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios no valor de R\$ 1,0 bilhão, atingindo a maior demanda desde sua primeira emissão.
- Rating de crédito brAAA mantido pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 13,5% em 31 de dezembro de 2021.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

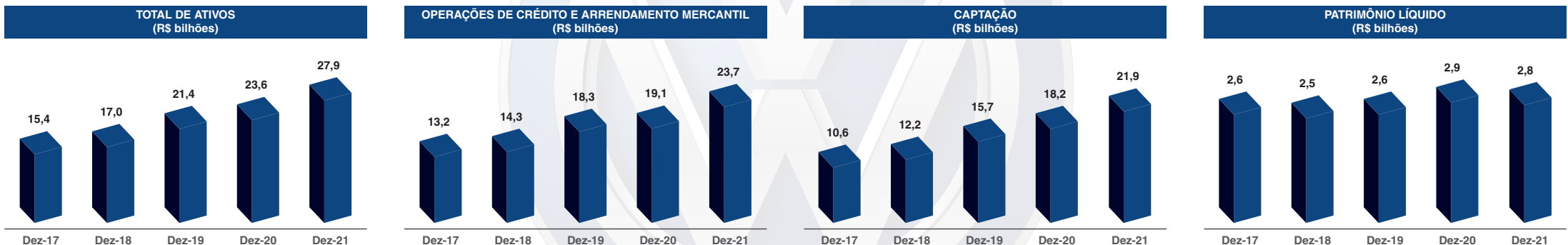
As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos. As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2021 concentraram 91% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada
O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	2021	2020			
CIRCULANTE	12.802.651	11.007.438	CIRCULANTE	13.849.964	14.538.530
Disponibilidades (Nota 3)	111	86	Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.219.386	13.744.537
Instrumentos Financeiros	12.687.227	10.875.226	Recursos de instituição financeira (Nota 11)	4.050.450	2.110.396
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.477.133	1.708.550	Recursos de clientes (Nota 12)	6.148.540	6.519.123
Relações interfinanceiras (Nota 3)	53	30	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	2.234.620	4.777.146
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	41.659	787	Dívidas subordinadas (Nota 14)	204.070	145.637
Operações de crédito (Nota 6)	10.933.170	8.496.987	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	495	21.060
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	235.212	668.872	Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	581.211	171.173
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	18.660	26.409	Outros passivos (Nota 17)	630.578	793.993
Arrendamentos financeiros	18.660	26.337	NÃO CIRCULANTE	11.239.225	6.134.545
Arrendamentos operacionais	-	72	Depósitos e demais instrumentos financeiros	9.770.622	4.753.918
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(231.433)	(199.885)	Recursos de instituição financeira (Nota 11)	2.097.642	768.727
Operações de crédito	(222.973)	(196.101)	Recursos de clientes (Nota 12)	1.613.893	1.017.079
Operações de arrendamento mercantil	(7.151)	(440)	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	3.724.883	1.011.826
Outros créditos	(1.309)	(3.344)	Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.783.940	1.846.364
Outros ativos (Nota 7)	328.086	305.602	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	20.396	866
NÃO CIRCULANTE	15.110.757	12.543.974	Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	529.868	109.056
Instrumentos Financeiros	12.749.231	9.888.096	Provisões (Nota 15)	1.118.068	1.092.531
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	156.612	53.389	Outras provisões	1.118.068	1.092.531
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	130.630	-	Passivos fiscais diferidos (Nota 20 (b))	202.475	166.974
Operações de crédito (Nota 6)	12.461.989	9.834.707	Outros passivos (Nota 17)	148.060	121.122
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	13.398	27.579	Patrimônio líquido (Nota 18)	2.824.219	2.878.337
Arrendamentos financeiros	13.397	27.579	Capital social	1.598.883	1.307.883
Arrendamentos operacionais	1	-	Reservas de lucros	1.201.426	1.580.860
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(474.231)	(432.856)	Outros resultados abrangentes	23.910	(10.406)
Operações de crédito	(473.108)	(432.393)	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.913.408	23.551.412
Operações de arrendamento mercantil	(1.123)	(463)			
Ativos fiscais diferidos (Nota 20 (a))	1.430.108	1.416.919			
Outros ativos (Nota 7)	989.058	902.564			
Investimentos em participações em controladas (Nota 8)	371.132	712.134			
Imobilizado de arrendamento (Nota 6 (e))	1.741	4.290			
Imobilizado de uso (Nota 9)	18.502	17.362			
Intangível (Nota 10)	67.763	59.955			
Depreciações e amortizações	(55.945)	(52.069)			
Imobilizado de uso (Nota 9)	(11.731)	(9.454)			
Intangível (Nota 10)	(44.214)	(42.615)			
TOTAL DO ATIVO	27.913.408	23.551.412			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2º semestre		Exercícios	
	2021	2021	2020	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.651.152	3.182.480	2.894.942	
Operações de crédito	1.589.536	3.087.353	2.797.518	
Operações de arrendamento mercantil	4.239	7.985	15.653	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	47.893	64.314	72.032	
Operações de venda de ativos financeiros	9.484	22.828	9.739	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(775.745)	(1.181.294)	(796.103)	
Operações de captação no mercado	(610.171)	(886.282)	(596.698)	
Operações de empréstimos e repasses	(142.892)	(253.184)	(143.690)	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	(5)	(12.012)	(19.855)	
Operações de venda de ativos financeiros	(22.677)	(29.816)	(35.860)	
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	875.407	2.001.186	2.098.839	
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 6 (g))	(236.518)	(497.637)	(672.551)	
Operações de crédito	(231.271)	(492.193)	(674.412)	
Operações de arrendamento mercantil	(6.858)	(7.480)	17	
Outros créditos	1.611	2.036	1.844	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	638.889	1.503.549	1.426.288	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(402.833)	(849.206)	(821.359)	
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (g))	53.053	104.502	106.668	
Despesas de pessoal	(2.199)	(3.732)	(3.867)	
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(202.141)	(357.095)	(347.627)	
Despesas tributárias	(52.460)	(102.111)	(97.848)	
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	36.713	70.998	84.033	
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	76.039	124.372	91.009	
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(311.844)	(686.140)	(653.727)	
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(43.164)	(50.638)	(59.412)	
Fiscais	(19.782)	(31.776)	(17.824)	
Cíveis	(25.509)	(23.358)	(38.264)	
Trabalhistas	2.127	4.496	(3.324)	
RESULTADO OPERACIONAL	192.886	603.705	545.517	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	192.886	603.705	545.517	
Imposto de renda (Nota 20 (c))	(39.526)	(136.405)	(106.932)	
Contribuição social (Nota 20 (c))	(67.220)	(144.734)	(81.852)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	86.140	322.566	356.733	
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios (Nota 19) - R\$	0,28	1,03	1,14	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO

	2º semestre		Exercícios	
	2021	2021	2020	2020
Lucro líquido do semestre/exercícios	86.140	322.566	356.733	
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado (Nota 4)	36.335	34.316	(3.817)	
Hedge de fluxo de caixa	66.064	62.393	(7.937)	
Hedge de fluxo de caixa - efeitos tributários	(29.729)	(28.077)	4.120	
Total do resultado abrangente	122.475	356.882	352.916	
Atribuível a:				
Acionistas da Instituição	122.475	356.882	352.916	
Participação dos não controladores	-	-	-	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

	2º semestre		Exercícios	
	2021	2021	2020	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do semestre/exercícios	86.140	322.566	356.733	
Ajustes ao lucro líquido:				
Depreciações e amortizações (Nota 23 (c))	1.897	3.875	6.540	
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	(36.713)	(70.998)	(84.033)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (g))	236.518	497.637	672.551	
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	91.933	181.912	179.289	
Resultado de obrigações por instrumentos financeiros derivativos	5	12.012	19.855	
Provisões/(reversões) para outros passivos e ativos	13.268	(746)	(14.328)	
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 16 (b))	52.220	85.954	127.327	
Tributos diferidos	16.780	(5.766)	(300.051)	
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	462.048	1.026.446	963.883	
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(247.232)	(257.679)	59.686	
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(3.322.714)	(5.463.701)	(1.503.162)	
Redução (aumento) em outros ativos	784.697	716.120	255.362	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.964)	(378.621)	(329.781)	
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(2.865.213)	(5.383.881)	(1.571.895)	
Aumento (redução) em depósitos e demais instrumentos financeiros	2.065.194	3.669.953	2.474.360	
Aumento (redução) em outros passivos	811.273	751.632	(349.266)	
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	473.302	64.150	1.571.882	
Aquisição de imobilizado de uso (Nota 9)	(305)	(1.140)	(3.202)	
Aquisição de intangível (Nota 10)	(3.510)	(7.807)	(7.315)	
Dividendos recebidos	-	412.000	-	
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.815)	403.053	(10.517)	
(Redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(128.791)	(185.904)	(143.691)	
Dividendos pagos	-	(512.668)	(539.105)	
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(128.791)	(698.572)	(682.796)	
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	340.696	(231.369)	877.769	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	1.136.601	1.708.666	830.897	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (Nota 3)	1.477.297	1.477.297	1.708.666	
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	340.696	(231.369)	877.769	

depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidas.

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

(e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica "Créditos Tributários". Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica "Obrigações fiscais diferidas" no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRLP foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019.

continua...

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO							
Em milhares de reais							
	Capital social	Subvenção de incentivos	Distribuição de dividendos	Reserva de lucros	Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2019	1.307.883	18.515	-	209.813	1.097.467	(6.589)	2.627.089
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.817)	(3.817)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	356.733
Destinações:							
Reserva legal	-	-	-	17.837	-	-	(17.837)
Dividendos propostos (R\$ 0,32/ação) AGE 31/12/20	-	-	-	-	-	-	(101.668)
Dividendos adicionais propostos (Nota							



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais

Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022. A administração apurou os impactos desta alteração de alíquota e julgou que os mesmos são imateriais para fins de alteração das estimativas contábeis.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20).

(g) Investimentos em participação em controladas
O investimento em participação em empresa controlada com participação do capital de 100,00%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição e empresa controlada é demonstrada na (Nota 8).

(h) Imobilizado de uso e intangível
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Outros ativos
Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em valor de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização. As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).

(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com cobertura estão classificadas na rubrica "Outros passivos financeiros" do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(l) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III - Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentada na (Nota 17).

(o) Patrimônio líquido

I - Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II - Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

• Subvenção de incentivos fiscais - refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.

• Reserva legal - objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.

• Reserva especial de lucros - refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III - Lucro por ação

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 19).

(p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Total disponibilidades	111	86
Disponibilidades	111	86
Total aplicações no mercado aberto	1.306.068	1.451.429
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	46.489	127.209
Letras do Tesouro Nacional - LTN	870.151	1.309.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	389.428	14.577
Total aplicações em depósitos interfinanceiros	171.065	257.121
Pós-fixado DI	171.065	257.121
Total reservas interfinanceiras	53	30
Relações com correspondentes no país	53	30
	1.477.297	1.708.666

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	2021			
	Valor nocional	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	1.080.583	2.195	2.822	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	6.907.991	170.994 (20.891)	(14.834)	23.910
		172.289 (20.891)	(12.012)	23.910
Circulante		41.659 (495)	-	-
Não circulante		130.630 (20.396)	-	-

Tipo	2020			
	Valor nocional	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	265.971	787	14.906	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	4.023.951	- (21.926)	(34.761)	(10.406)
		787 (21.926)	(19.855)	(10.406)
Circulante		787 (21.060)	-	-
Não circulante		- (866)	-	-

A estratégia de hedge da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de hedge são classificadas como hedge de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI).

Em 31 de dezembro de 2021 o valor nocional é de R\$ 6.907.991 (2020 - R\$ 4.023.951), com prazos de vencimentos entre 2022 até agosto de 2025. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 23.910 (2020 - R\$ 10.406).

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de hedge.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2021	2020
07/2019	Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Four	32.281	53.389
11/2021	Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five	124.331	-
		156.612	53.389
		156.612	53.389
	Não circulante	-	-

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Instituição em novembro de 2021, lançou o Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five, nos mesmos critérios dos FIDC's anteriores (Nota 6(f)).

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2021 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2021	2020
Operações de crédito	23.395.159	18.331.694
Operações de arrendamento mercantil financeiro	32.057	53.916
Operações de arrendamento mercantil operacional (i)	217	1.343
Outros créditos - títulos e créditos a receber	235.212	668.872
	23.662.645	19.055.825

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações R\$ 1 (2020 - R\$ 72) e imobilizado de arrendamento R\$ 1.741 (2020 - R\$ 4.290).

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nível de risco	2021			
	Vincendas	Vencidos	Total	Provisão
AA	-	-	4.356.546	2.474
A	-	-	14.420.063	74.371
B	234.183	22.922	2.459.552	27.168
C	255.218	12.220	820.442	32.636
D	119.332	11.108	216.665	34.848
E	79.047	8.440	27.106	14.593
F	66.820	8.937	124.400	100.079
G	51.511	8.445	6.492	66.448
H	224.546	65.382	63.268	353.197
	1.030.657	137.454	22.494.534	23.662.645

Nível de risco	2020			
	Vincendas	Vencidos	Total	Provisão
AA	-	-	3.024.958	820
A	-	-	11.794.007	60.112
B	148.709	15.721	1.793.904	19.585
C	118.880	6.311	1.086.905	36.363
D	101.904	7.798	327.050	43.675
E	49.777	5.395	28.362	83.534
F	55.837	6.965	111.057	173.859
G	29.056	4.925	6.312	40.293
H	221.981	77.259	32.752	331.992
	726.144	124.374	18.205.307	19.055.825

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

vincendas	2021		
	Curso anual	Curso normal	Total
Até 180 dias	241.373	5.966.508	6.207.881
De 181 a 360 dias	206.916	4.745.486	4.952.402
Acima de 361 dias	582.368	11.743.738	12.326.106
	1.030.657	22.455.732	23.486.389

vincendas	2020		
	Curso anual	Curso normal	Total
Até 180 dias	173.639	5.367.749	5.541.388
De 181 a 360 dias	145.175	3.504.362	3.649.537
Acima de 361 dias	407.330	9.303.805	9.711.135
	726.144	18.175.916	18.902.060

vincendas	2020		
	Curso anual	Curso normal	Total
Até 180 dias	173.639	5.367.749	5.541.388
De 181 a 360 dias	145.175	3.504.362	3.649.537
Acima de 361 dias	407.330	9.303.805	9.711.135
	726.144	18.175.916	18.902.060

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2021	2020
Pessoas físicas	8.422.322	8.203.450
Outros serviços	8.034.485	6.171.676
Comércio	5.082.605	3.189.613
Indústria	1.475.423	1.073.338
Rural	110.329	68.453
Habituação	346.985	213.603
Intermediário financeiro	190.496	135.692
	23.662.645	19.055.825

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2021		2020	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	170	1	17	72
Bens arrendados	65.919	3.812	103.054	8.408
Depreciação acumulada de bens arrendados	(50.145)	(2.071)	(73.221)	(4.118)
Perdas em arrendamento a amortizar	1.998	-	5.360	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(1.624)	-	(2.367)	-
Créditos por antecipação de valor residual	(15.158)	-	(16.469)	-
	32.057	1.742	53.916	4.362

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2026 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 33.304 (2020 - R\$ 38.617), sendo que desse total R\$ 15.157 (2020 - R\$ 16.469) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em "Operações de crédito" e o passivo registrado como "Outros passivos financeiros". Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

	2021		2020	
	Data início	Ativo	Passivo	
FIDC Driver Four	07/2019	1.013.228	1.096.870	
FIDC Driver Five	11/2021	1.139.633	1.116.926	
		2.152.861	2.213.793	

(i) Saldo contábil

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
FIDC Driver Four	77.216	253.589	92.163	280.229
FIDC Driver Five	1.036.361	-	1.018.916	-
	1.113.577	253.589	1.111.079	280.229
Circulante	640.365	162.624	581.211	171.173
Não circulante	473.212	90.965	529.868	109.056

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2021	2020
--	------	------



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Em milhares de reais

posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 638.082 (2020 - R\$ 585.753) e à discussão quanto a institucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 29.495 (2020 - R\$ 28.967).

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados. A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2021	2020
Tributárias		
IOF (i)	792.478	778.190
IRPJ/CSLL (ii)	360.405	326.158
ISS (iii)	373.472	385.945
Outros	115.933	103.039
	<u>1.642.288</u>	<u>1.593.332</u>
Cíveis		
Ações revisionais	8.232	2.892
	<u>8.232</u>	<u>2.892</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.
(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.
(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

17. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
Sociais e estatutárias (Nota 18)	-	101.668
Impostos e contribuições a pagar	301.106	433.271
Resultado de exercícios futuros	120.801	100.318
Contratos de financiamentos a pagar	110.001	125.739
Contas a pagar	99.938	105.926
Recebimentos em trânsito a processar	88.612	19.690
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12.922	990
Outros	45.258	27.513
Total	<u>778.638</u>	<u>915.115</u>
Circulante	630.578	793.993
Não circulante	148.060	121.122

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2020 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em atendimento da Resolução do CMN nº 4.820/20, ficou estabelecido, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, sendo limitado valores acima do montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404.

Portanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, foi tomada a seguinte deliberação:

(i) Distribuição de dividendos, relativo a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do ano corrente, a título de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 101.668. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Em virtude do limite estabelecido no art.199 da Lei nº 6.404, em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de março de 2021, a administração da Instituição propôs a distribuição de dividendos adicionais, mediante a utilização de Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 291.000. A distribuição foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária e solicitada autorização ao pagamento ao Dereg - Departamento de Regulação Prudencial e Cambial. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2021, foi deliberado a distribuição de dividendos, relativo a parte do lucro líquido do primeiro trimestre do exercício de 2021, a título de dividendos obrigatórios, superior ao mínimo requerido, no montante de R\$ 120.000. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de agosto de 2021, foi deliberado o aumento de capital, com a capitalização de parte das reservas especiais de lucros no montante de R\$ 291.000, sem a emissão de novas ações e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de setembro de 2021.

19. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Exercícios	
	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido dos exercícios	322.566	356.733
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias ..	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	<u>1,03</u>	<u>1,14</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo único do Art. 10 da Resolução CMN nº 4.842/20 do Banco Central do Brasil. O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.430.108 (2020 - R\$ 1.416.919) relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 828.528 (2020 - R\$ 862.016) e contingências no montante de R\$ 210.458 (2020 - R\$ 231.511). O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 202.475 (2020 - R\$ 166.974) e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 167.534 (2020 - R\$ 149.172) e de superveniência de depreciação R\$ 13.904 (2020 - R\$ 17.082), com prazo de realização em 2026.

(a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

	2022	2023	2024	2025	De 2026 a 2031	Total
Imposto de renda e contribuição social 347.178 265.942 15.269 3.755 797.964 1.430.108						
De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos ativos fiscais diferidos de 31 de dezembro de 2021 de 2020, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.						
O valor presente dos ativos fiscais diferidos no período totaliza R\$ 1.076.033 (2020 - R\$ 1.185.452) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.						

(b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos	
	Exercícios 2021	Exercícios 2020	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Saldo inicial	1.416.919	1.101.637	166.974	155.864
Constituição	976.206	783.050	47.331	49.073
Realização	(963.017)	(467.768)	(11.830)	(37.963)
Saldo final	<u>1.430.108</u>	<u>1.416.919</u>	<u>202.475</u>	<u>166.974</u>

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	603.705	545.517
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	(271.667)	(245.483)
Adições (exclusões) permanentes	(16.421)	(12.218)
Equivalência patrimonial (Nota 9)	31.949	37.815
Efeito majoração da CSLL (6%) - crédito tributário	(30.185)	21.622
Deduções de incentivos fiscais	7.517	11.509
Outros	(2.332)	(2.029)
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>(281.139)</u>	<u>(188.784)</u>

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Exercícios Receita (Despesa)	
	2021	2020	2021	2020
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(68.934)	(21.404)	(2.171)	(382)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(221.816)	(558.020)	(10.972)	(13.459)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(50.230)	(35.342)	(2.000)	(453)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(3.129)	(2.257)	(116)	(109)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(98.258)	(15.980)	(29.632)	(261)
Volkswagen Participações Ltda.				
Operação de crédito	112.316	107.449	4.867	449
Depósitos a prazo	(323.149)	(680.302)	(24.977)	(13.236)
Sociais e estatutárias	-	(101.668)	-	-
Contas a pagar	(17.734)	(20.118)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(153.513)	(160.415)
Fleetsi Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(108.747)	(176.826)	(4.707)	(3.112)
Operação de crédito	33.982	99.028	(4.009)	3.933
Títulos e créditos a receber	23.460	53.948	40	-

	Ativo (Passivo)		Exercícios Receita (Despesa)	
	2021	2020	2021	2020
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(2.685.640)	(2.029.425)	(62.553)	(70.797)
Letras financeiras subordinadas	(1.988.010)	(1.992.001)	(181.912)	(179.289)
Contas a receber - valores a ressarcir	36.429	17.037	163.797	232.339
Arrendamento mercantil financeiro	1.516	-	74	-
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.735.506)	(1.083.972)	(63.656)	(20.026)
Contas a receber - valores a ressarcir	402	477	273	1.410
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(528.413)	-	(17.701)	(2.015)
Contas a receber - valores a ressarcir	40	342	618	2.492
VW FS Digital Solutions GMBH				
Contas a pagar	-	(1.809)	(49.881)	-
Volkswagen Bank Gmbh				
Contas a pagar	(1.214)	-	(1.214)	-
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	(412)	-	(5.403)	-
Contas a receber - valores a ressarcir	-	347	(34)	(154)
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(20.810)	-	(610)	-
Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda.				
Contas a receber - valores a ressarcir	290	118	492	363

Depósitos a prazo

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

Contas a receber - valores a ressarcir

...continuação

Banco Volkswagen



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP



www.vwfs.com.br

do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2021, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) o acompanhamento das providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) a avaliação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (vi) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, tecnologia, jurídico, tributário, compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria com o objetivo de avaliar a qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, capital regulatório, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de

órgãos reguladores, conduta e atendimento a clientes; e (vii) emitir o Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum. Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos. A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações. As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização. Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e

controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 28 de março de 2022.

Comitê de Auditoria
Jörg M. Pape – Presidente
Rodrigo O. R. Capuruço – Membro Qualificado
Luis Fabiano A. Penteado – Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores do

Banco Volkswagen S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2021, a carteira de operações de crédito era de R\$ 23.662.645 mil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 705.664 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação externa, avaliamos os recebimentos financeiros subsequentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nosso exame, foram envolvidos especialistas na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 28 de março de 2022.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 30/03/2022 19:00

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/30/BANCOVOLKSWAGEN1561351030022022.pdf>
Hash: 16485912024ee6a4162f6e45d29daa1ab14116f473